

Câmara autoriza ampliação do orçamento em Cr\$ 10 trilhões

- 6 NOV 1985

6 NOV 1985

Brasília — A Câmara dos Deputados aprovou a mensagem do governo autorizando a abertura de créditos suplementares ao orçamento da União, no valor de Cr\$ 10 trilhões 146 bilhões 500 milhões, destinados ao custeio de despesas de vários ministérios, do Congresso Nacional e do Poder Judiciário. Os recursos são originários do excesso de arrecadação do Tesouro.

O líder do PDS, deputado Prisco Viana (BA), votou contra a mensagem por apontar nela o que chamou de “vícios legais”, entre os quais o não detalhamento de cada verba destinada aos diversos órgãos. Não pediu, no entanto, verificação de quorum, o que evitaria a aprovação, por entender que o adiamento prejudicaria o funcionamento de praticamente todo o governo e atrasaria o pagamento do funcionalismo. Havia apenas 43 deputados no plenário.

A mensagem aprovada destina Cr\$ 3 trilhões 29 bilhões 800 milhões ao reforço de dotações destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais de vários órgãos, Cr\$ 3 trilhões 616 bilhões 200 milhões para amortização e encargos de financiamento dos órgãos da administração federal direta, indireta e fundações, e mais Cr\$ 3 trilhões 500 bilhões 500 milhões para diversos outros programas.

Os recursos atenderão a pedidos de créditos suplementares para a Câmara dos Deputados, Senado Federal, Presidência da República, Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Educação, Exército, Fazenda, Interior, Justiça, Marinha, Relações Exteriores, Transportes, Tribunais de Contas da União e da Justiça do Trabalho.

O líder do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), tentou impedir a votação da matéria, através de um pedido de verificação de voto, mas não foi atendido, porque o seu partido não tem o número mínimo regimental de 20 deputados para pedir essa verificação. E nenhum parlamentar apoiou sua pretensão.

O líder Pimenta da Veiga (PMDB-MG) fez a defesa da mensagem governamental, que recebeu a mais forte crítica da parte do deputado Adail Vitorazzo (PDS-SP), contrário à aprovação, que chegou a acusar o seu partido de fraco no exercício da oposição. “Nunca vi uma oposição tão boazinha como a do PDS, que nunca foi tão governo”, disse o deputado.

A aprovação pela Câmara do projeto de lei que autoriza o Executivo a abrir créditos suplementares de Cr\$ 10 trilhões 146 bilhões 500 milhões, utilizando recursos do excesso de arrecadação, viabilizará o pagamento do funcionalismo público no último bimestre de 85.

O excesso de arrecadação totaliza Cr\$ 15 trilhões 880 bilhões, dos quais a parte mais substancial é de recursos ordinários da União e Cr\$ 5 trilhões 847 bilhões 100 milhões se referem a transferências adicionais para estados e municípios.

De acordo com os números da secretaria de orçamento e finanças (Sofi) do Ministério do Planejamento, a despesa com pessoal e encargos sociais vai atingir, até o final do ano, Cr\$ 42 trilhões, e a disponibilidade orçamentária era de Cr\$ 38 trilhões 970 bilhões. Isto exigiu a aprovação, pelo Congresso, de uma verba adicional de Cr\$ 3 trilhões 29 bilhões, para cobrir gastos com pessoal.